

Sobre gênero e justiça: o projeto Promotoras Legais Populares

Dra. Virgínia Feix()*

1. Contexto Histórico e Pressupostos

A THEMIS-Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero é uma organização não governamental, formalmente criada em 1993, com sede em Porto Alegre/RS, Brasil. Atua na promoção e defesa dos direitos humanos das mulheres, em cooperação com instituições nacionais e internacionais, governos e entidades privadas. O nome THEMIS, homenagem à deusa grega da Justiça, indica a vocação do grupo para refletir e propor novas práticas referentes a gênero e direito, especialmente no questionamento dos fundamentos teóricos e culturais que determinam a distância entre a expectativa de justiça e sua realização para a grande maioria das mulheres em nossa sociedade.

O trabalho da instituição estrutura-se em três programas que, articulados entre si, sustentam as ações desenvolvidas pela THEMIS. Este trabalho compreende o programa de formação de promotoras legais populares, de advocacia feminista e de estudos e publicações.

O programa de formação de Promotoras Legais Populares (PLPs) nasce, em 1993, no contexto da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, que afirmou pela primeira vez, ecoando a voz do movimento feminista internacional, o enunciado: "Os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos". Tem como antecedentes as experiências de educação em direitos humanos (legal literacy) desenvolvidas pelo CLADEM - Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos das Mulheres e, também, por iniciativas semelhantes na África do Sul, com o projeto de paralegais e, em outras regiões do planeta, como Filipinas e Caribe(1).

No Brasil, o cenário que inspirou o projeto evidenciava a necessidade de criação de novos caminhos de acesso e democratização da prestação da Justiça para a grande maioria da população. Em 1988, os brasileiros conquistaram uma avançada constituição no que diz respeito à garantia dos direitos individuais e sociais. Entretanto, ainda é preciso vencer inúmeros obstáculos para que estes direitos sejam exercidos por todos os cidadãos, independentemente de origem, gênero, cor e etnia, classe social, nível de escolaridade ou opção sexual. O conhecimento das leis e dos direitos; a falta de recursos para o pagamento de advogado; a sofisticação e hostilidade do ambiente judiciário às camadas pobres da população e o descompasso entre o direito positivado e a realidade em que se estabelecem as relações jurídicas, são alguns destes obstáculos.

A partir dessa constatação o programa centrou seus objetivos na necessidade de repensar a atualidade e eficácia dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres no Brasil. As mulheres não têm acesso tanto a informações sobre seus direitos quanto a espaços institucionais para encaminhar denúncias de suas violações. Esta é uma realidade marcada pelas discriminações de gênero, classe e raça, que produz uma situação de absoluto desrespeito a direitos fundamentais.

Por outro lado, a necessidade de sensibilizar autoridades e funcionários da administração da Justiça - operadores de direito – também influenciou a criação deste programa para capacitação de Promotoras Legais Populares, que vem sendo desenvolvido, há 7 anos, pela THEMIS.

O programa foi, desde o início, dirigido a mulheres de comunidades de baixa renda da cidade de

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Porto Alegre. É realizado por regiões geográficas da cidade, nas quais são selecionadas aproximadamente 30 mulheres, alfabetizadas e com experiência de atuação comunitária. A estas mulheres é proporcionado um curso de 60 horas, com encontros semanais, organizado em módulos: Organização do Estado e da Justiça, Direitos Humanos, Relações Familiares, Relações de Trabalho, Violência Doméstica e Sexual, Direitos Reprodutivos e Sexuais e Discriminação Racial. Todos os temas são abordados na perspectiva de gênero e de defesa dos direitos das mulheres.

Além de palestras oferecidas por especialistas em cada uma das áreas, o curso oferece oficinas de sensibilização, estudos de casos, júris simulados, visitas às instituições sócio-jurídicas como o Fórum, Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Criança e do Adolescente, Conselhos de Direitos, Assembléia Legislativa, Delegacias de Polícia, Defensoria Pública, etc.

Ao ingressar no curso, as alunas recebem material básico, que inclui a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e outros materiais e textos já produzidos pela THEMIS ou entidades parceiras. A proposta, sustentada na metodologia utilizada, não é "formar advogadas", mas pessoas capacitadas para intervenção social. Ou seja, possibilitar a multiplicação de conhecimentos, na perspectiva de criar novos instrumentos e facilitar o acesso à Justiça, transformando a realidade de exclusão de milhares de mulheres.

Para tanto, sob o ponto de vista das participantes do projeto, são três os objetivos fundamentais:

1. Desenvolver a consciência e conhecimento de direitos,
2. Desenvolver o sentimento de inclusão social através da apropriação do conceito de cidadania e o fortalecimento da auto-estima e
3. Ampliar o conceito de Justiça para além dos limites de atuação do Poder Judiciário, como valor cotidiano enraizado em práticas sociais de exercício dos direitos supostamente garantidos pelo Estado, através da legislação e políticas públicas vigentes.

Sob a ótica dos operadores de direito, a entidade visa desenvolver parcerias para a construção de um campo conceitual que articule gênero e Direito, buscando eliminar o descompasso entre a norma e a realidade, um dos grandes obstáculos de acesso e realização de Justiça. É preciso que a teoria feminista encontre articulação junto ao pensamento crítico do Direito para que possamos criar soluções e propostas de superação deste descompasso, criado por três fatores principais:

1. Ausência de normas e instrumentos jurídicos de proteção dos direitos das mulheres,
2. Ausência de espaços institucionais para encaminhar as demandas de violação e
3. A presença marcante da cultura patriarcal na atuação cotidiana dos operadores de direito que resulta na permanente imposição de invisibilidade às mulheres e suas especificidades pelo sistema jurídico.

2. As Experiências Local, Nacional e Estadual

A organização do primeiro curso, em 1993, representou um grande esforço teórico e prático, que contou com a convicção de que se desbravava um complexo território. Teve o apoio logístico da Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC) da Prefeitura de Porto Alegre/RS e da UNIFEM – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher.

A partir de 1994, a THEMIS passou a contar com o apoio da Fundação Ford, que mantém a proposta institucional da entidade, da Fundação MacArthur e da GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit, além da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a partir de 1997.

Foram realizados seis cursos entre 1993 e 1998, tendo sido capacitadas 150 Promotoras Legais Populares (PLPs), provenientes de seis micro-regiões carentes sócio e economicamente de Porto Alegre.

A grande mola propulsora do projeto foi a capacidade de despertar as participantes para uma prática coletiva e organizada de luta pela defesa dos direitos das mulheres em suas comunidades, e assim, estava lançada a semente da construção dos Serviços de Informação à Mulher (SIMs) em cada uma das regiões onde foram realizados os cursos.

As participantes, ao concluírem a formação básica, não se contentaram em retornar ao modelo anterior de vida. Desejavam utilizar a identidade social recentemente constituída, de Promotoras Legais Populares, para organizadamente agir em favor de outras mulheres. Este foi o embrião do serviço planejado em conjunto com a THEMIS, que se estabeleceu em cada uma das seis micro-regiões, a partir das parcerias com instituições comunitárias, públicas ou privadas já existentes.

As Promotras Legais Populares realizam um plantão semanal organizado de acordo com suas possibilidades, durante um dia da semana, das 10 às 19 horas, a fim de receber e encaminhar as demandas de violações de direitos das mulheres de sua comunidade.

Este trabalho desenvolve-se sob a supervisão da THEMIS, que reúne as coordenações quinzenalmente, para assessorar o planejamento de suas ações, discutir as dificuldades, avaliar as experiências e contribuir para solução e dissolução de conflitos naturalmente decorrentes da vivência de um grupo de trabalho. Paralelamente, também se realizam visitas locais para qualificar a avaliação e melhor contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas PLPs.

Além disso, os outros dois programas desenvolvidos pela entidade constituem-se em verdadeiro suporte da ação e qualificação do trabalho desenvolvido nos SIMs.

Através do programa "Advocacia Feminista", os casos com maior potencial de exemplaridade são trazidos pelos SIMs para acompanhamento judicial e/ou extrajudicial pelas advogadas da THEMIS. A partir desta intervenção busca-se apresentar fundamentos da teoria feminista e propor a articulação entre gênero e Direito na prática, a fim de conquistar sentenças judiciais favoráveis às mulheres, questionando o Direito tradicionalmente aplicado em nosso sistema judicial.

Este trabalho visa enfrentar questões como: por que o decote ousado, o local e o horário onde estava a mulher vítima de estupro pode desconstituir a responsabilidade penal de um estupro e garantir-lhe a absolvição? Por que a lesão corporal praticada contra a mulher por um desconhecido é tratada diferentemente daquela praticada pelo marido, companheiro ou noivo em nosso sistema penal? Quais os limites de intervenção do estado no direito ao planejamento familiar; como podem as mulheres pobres brasileiras defender-se da esterilização massiva praticada contra a população pobre; ou como reverter os altos índices de mortalidade materna praticados no Brasil?

Já o terceiro programa desenvolvido pela THEMIS, "Estudos e Publicações" propõe-se ao permanente debate e construção de novas alternativas, através da organização de seminários, cursos, conferências, oficinas de cunho nacional e internacional, que resultam em livros e publicações sistematizadoras dos conhecimentos neles construídos(2).

O trabalho desenvolvido pela THEMIS, centrado no programa de formação de PLPs, conferiu a entidade vários prêmios. Em 1996, ano da promulgação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), pelo governo Federal, fomos agraciadas com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos – primeiro lugar na categoria Organização Não Governamental(3).

A partir deste prêmio e pela afinidade programática do projeto com o referido PNDH, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça passou a financiá-lo parcialmente, auxiliando na manutenção dos SIMs.

Esta parceria resultou na construção de um novo projeto: A Multiplicação Nacional de Agentes de Cidadania. Neste projeto, a THEMIS passou a coordenar a ampliação da metodologia na formação de agentes de cidadania, ou seja, a capacitação de outras ONGs, para reproduzir a experiência a partir de sua própria realidade de atuação.

Foram selecionadas organizações, de vários estados brasileiros, com o objetivo de ampliar nacionalmente o número de pessoas capacitadas para intervenção social, multiplicação de conhecimentos jurídicos, criando novas experiências de acesso à Justiça e exercício de direitos.

Neste ano de 1999, a THEMIS está coordenando técnica e financeiramente este projeto, junto a 22 ONGs, existentes em sete estados brasileiros: Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. O projeto conta com o patrocínio do Ministério da Justiça, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ao final, o programa atingirá diretamente cerca de 900 pessoas, entre alunos e facilitadores de direito, originadas de quatro regiões brasileiras: nordeste, sudeste, central e sul.

O grande diferencial do projeto nacional é que o curso não é mais feito diretamente pela THEMIS, mas sim por ONGs cujo objeto do trabalho não é apenas a questão de gênero e os direitos das mulheres. Entre as organizações participantes, encontram-se grupos que atuam contra a discriminação étnico-racial, homossexual, pelos direitos das crianças e adolescentes e, ainda, em favor dos direitos dos presos. O objetivo, portanto, é aumentar sua abrangência não só geograficamente, mas em relação à agenda internacional de direitos humanos, pela inclusão de ações e políticas públicas em favor de outros segmentos excluídos do exercício da cidadania.

Também durante o ano de 1999, a THEMIS desenvolveu uma terceira experiência de capacitação de PLPs. A partir da iniciativa do diretor do Fórum da cidade de Canoas/RS, foi organizado um curso de PLPs em parceria com o Poder Judiciário local, a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), a Câmara de Vereadores e o Clube Soroptimista Internacional de Canoas/RS.

Parte significativa dos recursos foram obtidos através da mobilização da sociedade civil, pela liderança do representante do Poder Judiciário de Canoas e também diretor de direitos humanos da Associação de Juizes do RS.

Este representa um novo momento no desenvolvimento do programa de PLPs, eis que conta com o apoio institucional do próprio Poder Judiciário, criando condições para que as promotoras legais populares possam atuar como agentes comunitárias de justiça, encaminhando e apoiando as mulheres vítimas de discriminação e violência em demandas judiciais e extra-judiciais.

As PLPs de Canoas/RS estão em plena organização de seu próprio Serviço de Informação à Mulher (SIM), que já conquistou espaço para funcionamento junto ao Posto de Polícia da Brigada Militar, naquela região.

É importante destacar que as experiências de ampliação nacional e estadual do nosso projeto tem possibilitado enorme reflexão e novas aprendizagens que, certamente, muito contribuirão para sua permanente qualificação.

3. Perspectivas do Programa de PLPs

Uma das principais questões sobre a qual temos nos debruçado é relativa às novas perspectivas para manutenção e projeção do programa.

Em 1996, com o advento do PNDH, já no período em que eram colhidos os primeiros frutos deste projeto, a THEMIS vislumbrou um plano de institucionalização da função de Promotora Legal Popular, inspiradas no programa desenvolvido pelo Ministério da Saúde através dos "Agentes Comunitários de Saúde".

Esta política pública vem sendo um importante veículo do trabalho de prevenção no plano da saúde pública no Brasil. Além de fazer chegar informações e serviços básicos de saúde diretamente aos lares brasileiros, o programa garante trabalho e renda a milhares de pessoas.

Adaptando-se à realidade da justiça e cidadania em nosso país, cremos ser esta uma idéia extremamente interessante e implementável não somente pela sua afinidade com os objetivos do Programa Nacional de Direitos Humanos, mas por todos os compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro nas principais conferências internacionais, entre elas a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing e a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague. Na prática, estamos tratando de dar consistência a esta proposta através de experiências pilotos objetivando constituir criativamente as atribuições do que viria a ser a função de Promotora Legal Popular, ou da reprodução desta função nacionalmente batizada como Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania.

Recentemente, a THEMIS conquistou o apoio e articulou as bases de um Termo de Cooperação entre a Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS) e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do sul, objetivando a criação de mecanismos de atuação das PLPs, através dos SIMs localizados junto aos Fóruns distritais, num projeto de democratização da Justiça.

Tal projeto prevê a designação de promotoras legais populares para atuarem na instrução/documentação de processos, acompanhamento de acordos ou sentenças judiciais, na perspectiva da construção de uma experiência de prestação jurisdicional comunitária, a exemplo do que já vem sendo realizado em outros países, como a África do Sul, onde a experiência de paralegais foi institucionalizada.

Conscientes do desafio e da ousadia do projeto, temos buscado a adesão de novos parceiros para o amadurecimento e aperfeiçoamento de uma proposta que vem sendo gradativamente elaborada, etapa por etapa, e que pela própria solidez e originalidade poderá contribuir para alterar radicalmente o conceito de justiça e cidadania neste país.

(*) - *Virgínia Feix é advogada, especialista em Sociologia Jurídica e Direitos Humanos, Coordenadora Executiva da Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero.*

(01) - Sobre a experiência das Promotoras Legais Populares, consultar FONSECA, Cláudia (org.) *Direitos humanos: acesso à justiça*. Porto Alegre, Themis, 1998. Entre as publicações sobre

outros países, consultar: SCHULER, Margaret, KADIRGAMAR-RAJASINGHAM, Sakuntala (orgs.). *Legal literacy: a tool for women's empowerment*. New York, UNIFEM, 1992. VÁSQUEZ, Roxana (org.) *Capacitación legal a mujeres*. Peru, CLADEM, 1991. DIENG Adama (ed.). *Paralegals in Rural Africa*. International Commission of Jurists, 1991.

(02) - Até o momento a Themis organizou as seguintes publicações: FONSECA, Cláudia (org.). *Direitos humanos: acesso à justiça*. Porto Alegre, Themis, 1998. DORA, Denise Dourado (org.). *Feminino / Masculino: igualdade e diferença na justiça*. Porto Alegre, Sulina, 1997. DORA, Denise Dourado, SILVEIRA, Domingos Dresch da (orgs.). *Direitos humanos, ética e direitos reprodutivos*. Porto Alegre, Themis, 1998. CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre, Sulina, 1999. *Da guerra à paz, os direitos humanos das mulheres: instrumentos internacionais de proteção*. Porto Alegre, Themis, 1997. *Direitos sexuais e reprodutivos: instrumentos internacionais de proteção*. Porto Alegre, Themis, 1997. Estão no prelo o relatório de Seminário Interinstitucional sobre Violência Doméstica e o primeiro número de revista institucional especializada em Gênero e Direito.

(03) - No Estado do Rio Grande do Sul (RS), a Themis recebeu os seguintes prêmios: 1) "Prêmio Direitos Humanos do RS – 1999", na categoria de defesa dos direitos humanos, concedida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do RS (CCDH/AL), Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e pela representação local da UNESCO e do Conselho Britânico; 2) "Prêmio Líderes e Vencedores – 1997", na categoria destaque comunitário, com o projeto "O prazer de ler e escrever de verdade", concedido pela FEDERASUL – Federação das Associações Comerciais do RS e CCDH/AL.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)